

PREFÁCIO

Apesar do elevado número de bibliotecas monásticas e conventuais no território português até ao século XIX, nomeadamente até à extinção das Ordens Religiosas em 1834, de que os *Catálogos de Livros* redigidos para a Real Mesa Censória, em 1769-1770, e os *Inventários* de bens das ordens religiosas, elaborados em 1834, depositados no Arquivo Nacional Torre do Tombo, são testemunhos, aquelas bibliotecas não têm merecido a atenção dos investigadores, quer dos historiadores, quer dos cientistas da informação. Esta afirmação, não sendo nova, continua a manter-se atual.

Todavia, o conhecimento não apenas da história religiosa, das práticas de leitura e dos modos de ler, da circulação dos livros e das ideias, bem como da história da ciência em Portugal passam necessariamente pelo estudo destas bibliotecas.

Com maior destaque, foram pioneiros nesta abordagem Paulo Barata, em *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma* (2003), um estudo distinguido em 2001 com o Prémio Raul Proença, e, mais recentemente, Fernanda Maria Guedes de Campos, com *Para se achar facilmente o que se busca: biblioteca, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)* (2015), e Luana Giurgevich e Henrique Leitão, com *Clavis Bibliothecarum: Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834* (2016). Este último, não sendo um estudo, é a ‘chave’ da investigação sobre a temática, apontando o caminho das fontes de informação aos investigadores, cumprindo plenamente a função de mediação entre os 901 instrumentos de acesso à informação provenientes de cerca de 400 instituições religiosas e os investigadores. Deste modo, podemos considerar estas três obras como seminais no estudo das bibliotecas das ordens religiosas, as quais se complementam, oferecendo-nos um quadro sintético, porém riquíssimo, quer das fontes de informação, quer da escassez e da natureza dos estudos, para além de cerca de uma dezena de artigos sobre a temática.

Por outro lado, tendo Paulo Barata estudado o depósito das livrarias dos extintos conventos, enquanto Fernanda Campos se debruçou sobre o livro de história nas bibliotecas religiosas de Lisboa na centúria de setecentos, incluindo práticas de leitura e modos de organização das bibliotecas, importa-

va, como continua a ser pertinente, investigar cada biblioteca monástica ou conventual *per se*, de modo a permitir-nos aprofundar o conhecimento sobre as mesmas.

Assim se entende o estudo de Aurélia Ionel, que se debruçou sobre uma biblioteca conventual específica – *A ‘Livreria’ do Convento da Arrábida: 1542-1834*, um estudo tão pertinente quanto atual, muito bem estruturado e cientificamente conduzido. Este é um ensaio que se desenvolve em quatro ‘tempos’, partindo de uma revisão da literatura acerca das bibliotecas conventuais no Antigo Regime para se situar, uma vez na serra da Arrábida, na fundação e na construção do Convento de Nossa Senhora, incluindo nesta análise, como não poderia deixar de ser, a comunidade, que correspondia, na prática, à comunidade de leitores. Depois, procura analisar a estruturação e a organização, espacial e documental (informacional) da ‘livreria’, velha e nova, entre os séculos XVI e XIX, incluindo, em anexo, as transcrições do *Catálogo de 1769-1770* e do *Inventário* elaborado em 1834.

No que diz respeito à ‘livreria nova’, Aurelia Ionel efetuou o levantamento rigoroso da sua organização espacial, situada em lugar de eleição na casa conventual, próximo da igreja e das celas dos prelados. Em termos do acervo, não sendo uma biblioteca de grande dimensão, revelou-se, porém, uma biblioteca naturalmente rica em termos de temáticas religiosas, mas também de história, jurisprudência, ciências e belas letras, destacando-se as obras de teologia, no valor de cerca de 70%, em consonância com as demais ‘livrerias’ conventuais do Antigo Regime. De igual modo, a preponderância dos livros em latim cede lugar, a partir do século XVII, à língua portuguesa, cada vez mais crescente, mesmo no seio das comunidades religiosas. Acrescenta-se, ainda, para além da análise dos números de títulos e volumes para as áreas de conhecimento, os anos de impressão, que nos permitem datar a sua constituição maioritariamente nos séculos XVII e XVIII (76%), e os lugares de impressão, em que a imprensa portuguesa apenas se afirma a partir do século XVII, seguindo-se a espanhola. Este aspeto justifica-se naturalmente pela proximidade geográfica, mas também pela União Ibérica, entre 1580 e 1640, durante a qual se promoveu a escrita e a impressão em língua castelhana.

Existindo um primeiro estudo da biblioteca do Convento da Arrábida, de Ilídio Rocha, sob o título *Catálogo da livreria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo* (Lisboa: Fundação Oriente, 1994), este e o estudo de Aurelia Ionel, elaborado no âmbito do mestrado em ciências da documentação e informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, trazendo ambos perspectivas distintas, complementam-se.

Pelas razões expostas, e não só, o estudo *A ‘Livreria’ do Convento da Arrábida: 1542-1834*, de Aurelia Ionel, afirma-se como paradigmático para outros estudos desta natureza, que se queiram desenvolver, importando conhecer as demais bibliotecas conventuais arrábidas, de forma a que possamos, a

partir dos estudos de caso, consolidar o nosso conhecimento acerca das ‘livrarias’ no contexto de cada ordem religiosa e de cada Observância.

Além disso, este é um estudo muito bem fundamentado e escrito, sendo de relevar este aspeto quando a língua portuguesa é a terceira língua da autora, depois das línguas romena e russa.

Por todas estas razões, este estudo merece a presente distinção, sendo premiado com a sua edição, o n.º 10 da Coleção *CI – Ciência da Informação*, dada a elevada qualidade do mesmo reconhecida pelo júri de defesa da prova de mestrado e, sobretudo, pela Fundação Oriente que, através do Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Carlos Monjardino, se associou às Edições Colibri e ao Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para esse fim. Uma vez mais, a Fundação Oriente está de parabéns, cumprindo aqui os seus fins de promoção cultural, educativa, científica, social e filantrópica, bem como de valorização do património cultural, que é seu (mas não só!). Tendo sido decisivo o seu apoio para a presente edição, que, desta forma, alcança um público mais alargado, aqui deixamos expresso o nosso reconhecimento, bem como o mais penhorado e sincero agradecimento.

Carlos Guardado da Silva

Professor Auxiliar com Agregação em Ciência da Informação

Diretor do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos